

## Desafios do português ‘popular’ do Brasil no século XXI

Challenges of the ‘Popular’ Brazilian Portuguese in the 21st century

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7iespec.41277>

*Graça Rio-Torto*

Professora Catedrática de Linguística do Português da Faculdade de Letras da  
Universidade de Coimbra.

E-mail: [riotorto@fl.uc.pt](mailto:riotorto@fl.uc.pt)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1525-0737>

## RESUMO

Este estudo reflete sobre as mudanças da língua portuguesa ocorridas nos séculos XVII a XX, fase crucial de alterações que fazem divergir o português brasileiro do português europeu, e compara o brasileiro 'popular' atual com o idioma falado pelos escravos de origem africana no Brasil e em Portugal, no mesmo período, com o propósito de encontrar pistas sobre a gênese do brasileiro 'popular', que tem uma expressão avassaladora no Brasil de hoje. Em complemento, analisam-se alguns factores socioculturais que podem ter contribuído para o protelamento na incorporação do brasileiro 'popular' nas políticas de língua e sua inclusão no universo do estudo, do ensino e da aprendizagem da língua. Razões históricas e culturais explicam que a afirmação e consolidação do brasileiro 'popular' como objeto emblemático de enorme valor simbólico só tenha começado a fazer-se no século XX, com o movimento modernista e, de forma consistentemente científica, nos finais deste, com trabalhos de Castilho (2010), Faraco (2008, 2016), Lucchesi (2001, 2015, 2017), Mattos e Silva (2001, 2004a, 2004b, 2008), Neves (2003, 2011), para citar alguns dos maiores.

**Palavras-Chave:** Brasileiro 'popular'. Linguística Histórica. Política de Língua. Português língua pluricêntrica.

## ABSTRACT

This study explores the changes of the Portuguese Language that occurred in the period between the 17th to the 20th centuries, a crucial phase of changes that make the Brazilian and the European varieties diverge, and compares the current 'popular' Brazilian with the language spoken by slaves from African of Brazil and of Portugal, in the same period, in order to find traces of the hodiern 'popular' Brazilian, that has an overwhelming expression in Brazil today. In addition, we analyze some sociocultural factors that may have contributed to the delayed incorporation of 'popular' Brazilian Portuguese in language policies and its inclusion in the field of language study, teaching and learning. Historical and cultural reasons explain that the affirmation and consolidation of the 'popular' Brazilian Portuguese as an emblematic object with a major symbolic value has only begun to take place in the twentieth century, with the modernist movement and, in a consistently scientific way, at the end of this century, with works of Castilho (2010), Faraco (2008, 2016), Lucchesi (2001, 2015,

2017), Mattos e Silva (2001, 2004 a, 2004b, 2008), Neves (2003, 2011), to name some of the more representative.

**Keywords:** Popular Brazilian Portuguese. Historical Linguistics. Language Policy. Portuguese as a pluricentric language.

## Introdução

Celebra-se em 2022 o bicentenário da Independência do Brasil, cujo *ex libris* terá sido o célebre ‘Grito do Ipiranga’ proferido pelo príncipe regente D. Pedro, e que viria a assumir-se como declaração de emancipação do Brasil. De então para cá, e não obstante todas as redes que a globalização tece, a condução dos destinos da nação brasileira a esta diz exclusivamente respeito, sendo de sua responsabilidade o desenho e a gestão dos mesmos, nomeadamente no que à política de língua tange. Seja-me por isso permitido o olhar de uma estrangeira, que não enjeitaria ser também brasileira, que aqui se plasma, num momento de celebração da brasilidade.

Neste texto de homenagem a uma insigne linguista do Brasil, com quem tiva a honra e o prazer de trabalhar e de conviver num registo de fraternal cooperação institucional e pessoal, retoma-se a reflexão a que Rosa Virgínia Mattos e Silva deu corpo quando, em 2004, publicou um livro fundamental intitulado *O Português são dois: novas fronteiras, velhos problemas*. Neste caso, a Prof. Rosa Virgínia não se referia-se ao português do Brasil e ao português europeu, mas às abissais e desafiantes diferenças entre o português brasileiro ‘popular’ e o português brasileiro ‘culto’.

Este tipo de assimetrias sempre se fez sentir em muitas línguas vivas, estando de resto na origem de novos idiomas, como aconteceu na gestação das línguas românicas face ao latim. Negar a importância da força de brasileiro “popular” face ao brasileiro ‘culto’, plasmado nomeadamente nas gramáticas mais normativas, não conduz senão a um maior distanciamento, quando não a uma ruptura, entre duas normas tão antagónicas que coexistem e convivem no país-continente. Não é difícil futurar quem ganhará a competição.

Propomo-nos revisitar as circunstâncias históricas da língua portuguesa no Brasil, especialmente do século XVII para cá, e que estarão na génese da divergência entre o português do Brasil e de Portugal. Como é sabido, na história da língua portuguesa um dos momentos de inflexão que baliza a emergência de uma “nova gramática” da língua ocorre desde o início do século XVIII (GALVES, 2006), sendo a partir de então que se diferenciam de forma mais sistemática e sistémica o português brasileiro e o português europeu moderno. Razões históricas e culturais explicam que a afirmação e consolidação do brasileiro ‘popular’ como objeto simbólico só tenha começado a fazer-se no século XX, com o movimento modernista e, de forma consistentemente científica, nos finais deste, com trabalhos de Castilho (2010), Faraco (2008, 2016), Lucchesi (2001, 2015, 2017), Mattos e Silva (2001, 2004a, 2004b, 2008), Neves (2003, 2011), para citar alguns dos maiores.

Neste estudo traça-se uma panorâmica do estado da língua nessa fase crucial de mudança que faz divergir o português brasileiro do português europeu, e compara-se a variante falada pelos escravos de

origem africana no Brasil (e em Portugal) com o brasileiro ‘popular’ atual, tal como descrito pelas estudos de linguística mais conceituados. Em complemento, analisam-se alguns factores socioculturais que podem ter contribuído para o protelamento da incorporação do brasileiro ‘popular’ nas políticas de língua e sua inclusão no universo do estudo, do ensino e da aprendizagem da língua.

### **Do Português Clássico para o Contemporâneo. Divergências nas gramáticas do Português Europeu e do Português do Brasil a partir do século XVIII**

Muitos estudos evidenciam (cf. GALVES, 2007, entre outros) que é na passagem do século XVII para o XVIII que ocorre o fim do chamado português clássico e o nascimento do Português europeu contemporâneo (PEC), consolidando-se a divergência crescente entre o Português Europeu e o Português do Brasil. São profundas as alterações na sociedade, nas mentalidades e na cultura portuguesas de setecentos, por força do ideário iluminista que então pontificava, e que teve em Luís António Verney um dos seus expoentes maiores, no domínio das políticas de língua, de alfabetização e de cultura cívica da população portuguesa (GONÇALVES, 2010).

Muitos são os domínios que atestam que a língua se altera de forma significativa em Portugal, nessa época. O universo das conjunções modifica-se substancialmente na passagem do português clássico (até meados do século XVIII) para o contemporâneo. Como assinala Martins (2016, p. 13), o desaparecimento de algumas conjunções, como *ca*, *pero (que)*, *macar (que)*, *segundo que/como*, *sol (que)*, *mentre (que)*, ou a sua evolução semântica — de explicativas para adversativas (*pero* e *poren*), de temporal para explicativa (*pois*), que definem o português clássico, encontram-se totalmente consolidados no português moderno.

Alguns outros dados empíricos ajudam a diferenciar a língua clássica da dos séculos XVIII e XIX. No âmbito fónico, são por demais conhecidas alterações fraturantes entre o português clássico (comuns ao português médio) e o português moderno:

- (i) no português europeu clássico as sibilantes em coda passam a ter realização palatal [ʃ] (*dois, festa, mais*), algo que Verney considera moderno:

“O que eu sei é, que a pronuncia Portugueza acaba em *x*, todas as palavras que acabam em *s*: quero dizer, que todo *s* final pronunciam como *x*. De que nam quero outra prova mais, que cada um observe, como pronuncia o *s* final; e que diferença tem do *-s*, que pronunciam no meio das disoens [...] observo, que nam só o *s* final se-pronuncia como *x*, mas tambem o *z* final [...]” (VERNEY, 1746, p. 29);

- (ii) Segundo Martins (2016, p. 7), no português clássico não existe a elevação generalizada do vocalismo átono pré-tónico (tomar [u] > [o], beber [i] > [e]), aspecto também observado no português do Brasil. Frei Luís do Monte Carmelo, no *Compendio de Orthografia* de 1767, regista a conhecida lista de erros que atestam a redução geral do vocalismo pretónico, que à época já estava todavia em curso, mas não de forma generalizada e consolidada;
- (iii) Para Martins (2016, p. 7), no português clássico «a vogal [e] não sofre dissimilação quando antecede um segmento palatal (semivogal ou consoante). Por exemplo: [vezu] > [vɛzu] «vejo»; [fɛʃu] > [fɛʃu] «fecho»; [tɛʎa] > [tɛʎa] «telha»; [tɛɲu] > [tɛɲu] «tenho»; [deɲ] > [deɲ] «dei», algo que só ocorre no português moderno, mas não no português brasileiro.

Num país-continente como é o Brasil, a diversidade cultural e sociolinguística torna difíceis quaisquer generalizações. Quanto às realizações de /S/ em coda, no Brasil coexistem a realização sibilante e a realização palatal (cf. CASTILHO, 2010, p. 198-203), seja no português brasileiro culto, no português brasileiro popular e no português afro-brasileiro. Segundo Hora e Pedrosa (2009, p. 116), «Na maior parte do Brasil, a pronúncia é majoritariamente alveolar, sendo a pronúncia palatoalveolar característica de alguns lugares, a exemplo do Rio de Janeiro e Recife». Nos falantes cultos do Rio de Janeiro registam-se taxas de de 90% de /S/ palatal em coda medial e de 75% de /S/ palatal em coda final. Já em São Paulo as taxas são de 9% e de 5%, pois aí predominam /S/ alveolar com 88% e 91% (valores de HORA; PEDROSA, 2009, p. 117-118). Em Porto Alegre dominam as realizações alveolares e em Salvador as palatais.

Quanto à elevação das vogais pré-tônicas, vários estudos mostram (BISOL, 1981, 2009) que a elevação das vogais médias, embora não dominante, regista-se supradialetalmente no Brasil.

Quanto ao fenómeno da dissimilação de [e], não dispomos de dados que indiquem que não se trata de um aspecto exclusivo do português europeu.

O quadro seguinte sintetiza os dados arrolados.

Quadro 1 – Processos fônicos na diacronia do português europeu e brasileiro  
(+: presença; -: ausência; ± presença ou ausência)

	Pt europeu pré-clássico (< sec. 18)	Pt europeu clássico (sec. 18)	Pt Brasil (≥ sec.19)	Pt europeu contemporâneo (≥ sec. 19)
Realização palatal das sibilantes em coda	-	+	±	+
Elevação generalizada do vocalismo pré-tônico	-	-	±	+
Dissimilação de [e] quando antecede segmento palatal (glide ou consoante)	-	-	-	+

Fonte: elaboração própria.

O quadro anterior permite observar que o Português europeu contemporâneo e o português brasileiro divergem, pelo menos parcialmente, em todos os critérios. Quanto à realização da sibilante em coda, o português europeu afastou-se do seu paradigma mais matricial. O Português do Brasil preservou a realização dorsal das sibilantes em coda, típica da língua portuguesa menos moderna, ao mesmo tempo que também incorporou, embora não maioritariamente, a realização palatal. O mesmo acontece com a elevação do vocalismo pré-tônico, que se consolida generalizadamente no português europeu contemporâneo; no português brasileiro coexiste, como maioritária, a versão mais conservadora da língua, com a variedade mais inovadora.

No âmbito da sintaxe, este é um período de grandes alterações entre o português usado em Portugal e no Brasil, o que leva vários estudiosos a considerarem que a emergência da nova gramática do português brasileiro ocorre desde então.

Há grande confluência de índices que atestam as mudanças então ocorridas:

- a mudança na colocação de clíticos (de próclise para ênclise) e na posição do sujeito (pré-verbal) tem o seu início por volta de 1700. Até 1700, a próclise é claramente dominante. Até então a ênclise oscila entre 0% e 12%. O aumento da frequência da ênclise em orações Sujeito-Verbo coincide com a diminuição da frequência dos sujeitos pospostos, que se situam num patamar de cerca de 20% antes de 1700, e de 10% nos autores nascidos depois de 1700 (PAIXÃO DE SOUSA, 2004, 2008).
- o uso do determinante em sintagmas nominais possessivos (MAGALHÃES, 2002): *o meu/o seu livro* (PE) vs. *meu/seu livro* (PB): «Ao contrário do que afirma Mattos e Silva (2002), para quem o uso do artigo diante de possessivo em PE se

generalizou no início do século XIX, o uso do artigo frente ao possessivo nos SNPs em PE, de acordo com os meus dados, foi generalizado a partir do século XVIII (2011, p. 133). O uso de possessivos sem artigo em SPs era categórico no século XVI. É a partir de meados do século XVII que se observa uma variação no uso do possessivo com ou sem artigo. Esse é um resultado interessante porque justamente quando o uso do possessivo sem artigo nos SNPs parece ser somente um resquício, o uso do possessivo com artigo começa a ganhar terreno no contexto de SPs e, mais, a variação neste contexto persiste ainda no século XIX, período em que o uso do artigo diante de possessivo nos SNPs passou a ser categórico [...]. O que mostra que temos aqui duas histórias diferentes para o uso do artigo diante de possessivo no PE: uma para o SNPs e outra para os SPs. A pergunta que se faz necessária é:- porque a variação deixa de existir para o SNPs no século XIX e persiste ainda nos SPs? (p. 134.)

- o uso de 'se' indeterminado nas orações infinitivas, que leva Cavalcante (2010, p. 65) a propor que o português são três:

**G1:** Português Clássico: SE passivo

**G2:** Português Europeu: SE indefinido e SE impessoal

**G3:** Português Brasileiro: SE impessoal.

### **Graus de presença do Português Europeu no Brasil pré-independência**

A crescente divergência entre Português do Brasil e Português Europeu, registada de forma mais acentuada desde o século XVIII, colide com uma recorrente sobrevalorização da influência da língua portuguesa na realidade idiomática do Brasil Colónia e, mais ainda, no devir linguístico do Brasil no século XIX e início do século XX. Em meu entender, os factos e as circunstâncias que esteiam a diferenciação diacrónica (eu diria plurissecular) que se vem registando entre o português do Brasil e o português europeu são produto de múltiplos factores de contacto interlinguístico e cultural, não sendo portanto predominantemente tributários da realidade linguística portuguesa trasladada para o Brasil no período colonial. A hegemonia da língua portuguesa no Brasil-Colónia ter-se-á devido mais aos usos da língua cimentados pelos afrodescendentes do que pela influência da elite culta portuguesa ou da massa de colonos lusitanos que passou a viver no Brasil, e até mesmo pela ação das instâncias de



cultura operantes no Brasil durante e após a estada da Família Real. A eficácia dessa influência terá sido bem diminuta face ao peso avassalador da variante 'popular' usada pelas populações não escolarizadas.

Observemos as diferentes fases evolutivas da língua portuguesa no Brasil. Tendo em conta alguns dos marcos mais significativos da realidade sociohistórica do país e a cronologia de textos impressos, Ramos e Venâncio (2006) propõem as seguintes fases:

- I. **Primeira Fase:** 1500-1825, na qual o português do Brasil está subordinado ao ritmo das transformações do português europeu; S. Salvador da Bahia deixa de ser o centro administrativo do país; em 1808 tem lugar a transferência da família real portuguesa para o Brasil;
- II. **Segunda Fase:** 1825-1930, em que ocorre o início da expressão escrita em português brasileiro; é neste intervalo temporal, de quase um século — que abrange o Império [1822-1889] e a República Velha [1889-1930] —, que se passa de uma fase inicial de formação da língua comum, e de formação paralela de normas locais, para a estabilização da língua comum e das normas locais.
- III. **Terceira Fase:** de 1930 em diante (emergência do movimento modernista brasileiro, República Nova e Constituição de 1988), em que há lugar à percepção de diferenças regionais, à manifestação de formas de identidade regional e à elaboração da língua literária.

Esta proposta ganha em ser complementada com a periodização da História Sociolinguística do Brasil que Lucchesi (2017) faz, e cujas linhas gerais se sumarizam.

Após um período de multilinguismo generalizado (1532-1695), com predomínio de línguas gerais indígenas e de línguas francas africanas sobre o português, este assume-se como língua dominante (ou 'hegemónica', no adjetivo do autor), no período que vai de 1695 a 1930. Nesta longa fase, Lucchesi entrevê uma primeira vaga de aportuguesamento (1695-1808), com relevante influxo de colonos portugueses e de escravos africanos, seguida de uma segunda vaga, que tem início com a deslocação da Corte portuguesa para o Brasil e subsequente independência deste (1808-1850), e que se caracteriza por uma crescente influência da língua portuguesa na (ex) colónia, por força das instituições culturais entretanto criadas num Brasil cada vez mais urbanizado; uma terceira vaga decorre de 1850 a 1930, e é, a meu ver uma das mais conservadoras em todo este processo; nela, a par com o fim do tráfico negreiro e com a abertura do país, após 1888, a cerca de 3 milhões de imigrantes (italianos, espanhóis, portugueses, alemães, turcos, japoneses), verifica-se por parte da elite brasileira uma nociva normatização purista e lusitanófila, que se traduz pela promoção do preconceito linguístico e acentua a polarização sociolinguística que ainda hoje caracteriza o Brasil.

Na última fase, de 1930 até ao presente, Lucchesi (2017) assinala (i) o distanciamento da norma culta dos padrões lusitanos; (ii) a difusão da norma urbana culta (em associação com a urbanização e industrialização do país) e o concomitante «apagamento das marcas do contato na norma popular»; porém, como o próprio sinaliza (LUCCHESI, 2017, p. 375–376), a «concentração de renda mantém a polarização sociolinguística e fomenta o preconceito linguístico», algo que parece contraditório com a assunção de esbatimento dessa polarização, através do mencionado apagamento das marcas do contato na norma popular. Não sendo possível dissociar a língua dos falantes que a usam, torna-se complexo fazer a síntese dos contrários, quando se trata de equacionar a correlação de forças e de graus de interferência entre as gramáticas de uso do português popular e do português culto do Brasil.

Face aos dados culturais e históricos disponíveis, é difícil aceitar as teses de que a formatação do português do Brasil, sobretudo até ao século XIX, tenha sido pautada por uma subordinação factual e inexorável aos cânones do Português Europeu, assim generalistamente rotulado e/ou encarado, sem ser tida em conta a variação — diastrática, diatópica e diafásica — e a mudança que o caracterizavam, quer quando usado em Portugal, quer sobretudo quando adoptado no Brasil, em situação de forte contacto de línguas, realidade que não pode ser escamoteada.

Nos textos escritos, o cânone europeu terá por certo tido maior ascendência no português escrito do Brasil colônia: como afirmam Ramos e Venâncio (2006, p. 581), «para o período anterior a 1808, os textos [...] estavam sujeitos a um duplo controle. Por um lado, os autores, mesmo que nascidos no Brasil e descendentes de grupos étnicos locais (mamelucos, mulatos etc), deviam se subordinar ao cânone da Universidade de Coimbra, que detinha praticamente o monopólio do ensino superior. Por outro lado, eram os gráficos portugueses que tinham o controle tipográfico no momento da confecção do livro».

Mas, como bem lembra Castilho (2017), «não foi propriamente o Português falado nas aulas da Universidade de Coimbra que desembarcou em nossas praias. Era o português popular, não-padrão, o primeiro que se fez ouvir nas plagas americanas. Dele deriva, de forma direta, o Português Brasileiro popular.». Deixa-se nestas palavras sugerido que desde cedo o Brasil terá convivido com pelo menos duas normas do Português europeu: a culta e a ‘popular’, que desde sempre coabitaram concorrencialmente.

O Português falado em Portugal não era uniforme, não era imune à variação sociolinguística, não era imune à mudança, como o atestam inúmeros estudiosos e gramáticos da língua, e não era indiferente à complexidade e diversidade do contacto interlinguístico vivido no Brasil. Para abonar a variação e a mudança de que os estudiosos da língua se fazem eco, basta recordar os testemunhos acima mencionados de Frei Luís do Monte Carmelo, no seu *Compendio de Orthografia* de 1767, ou o de Luís António Verney, no seu *Verdadeiro Método de Estudar* (1746).

Assumamos, assim as seguintes premissas: o português falado no Brasil colonial não pode continuar a ser encarado como alheio a três variáveis cruciais da personalidade do idioma que então se formatava:

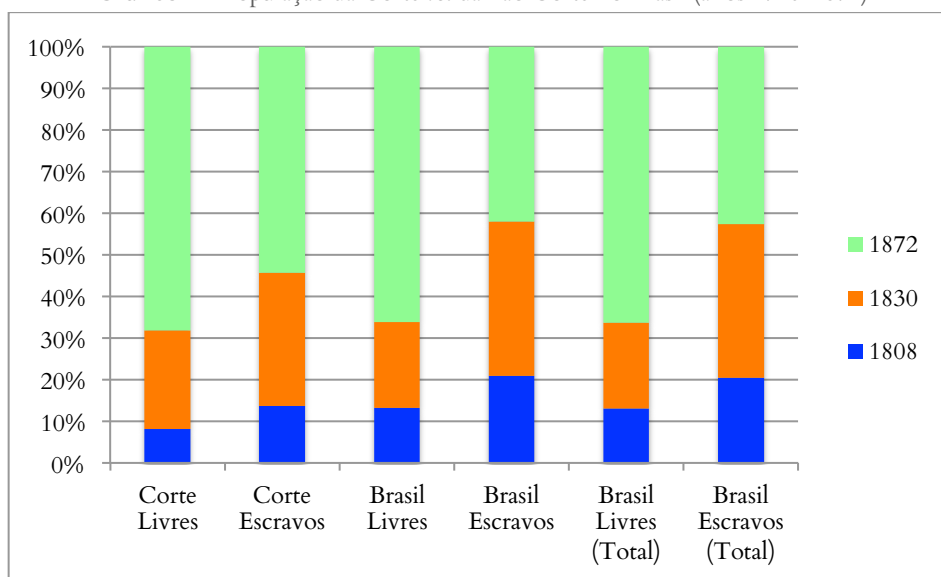
- (i) o uso do português no Brasil não era uma réplica do falar europeu da corte e/ou da língua usada na universidade;
- (ii) o uso do português no Brasil não se comportava como alheio à diversidade idiomática dos colonizadores e dos coloniza(n)dos;
- (iii) o uso do português europeu no Brasil não era impermeável às influências decorrentes dos contactos em curso de línguas e de povos não europeus, numericamente muito mais representados e enraizados no país-alvo.

Um exemplo emblemático do peso destas variáveis é o que as formas de tratamento ilustram. Cumpre fazer notar que, como em outras situações de colonização, os colonos portugueses que aportaram ao Brasil eram prevalentemente não aristocratas. Assim, as formas de tratamento dominantes no Brasil, desde a 2ª metade do sec. XVI, são as que têm origem em *Vossa Mercê* (*vossemecê, vosmecê, você, ocê*), reproduzindo a forma de tratamento do interlocutor mais usada pela população não aristocrática a partir dos finais do sec. XV. Segundo Faraco (2017, p. 122), no português do Brasil inexistiam as formas europeias da corte — *Vª Senhoria* e *Vª Exª* —, esta última perpetuada na língua portuguesa (europeia e brasileira), quando o interlocutor é uma alta personalidade ou uma autoridade do mais alto nível hierárquico (Autoridades de Estado, Membros do Poder Executivo e Legislativo, Autoridades Judiciárias, Autoridades Policiais, Autoridades Militares) ou em contexto formulaico de endereçamento epistolar. A arcaização de *vós* terá começado no século XVI e, com excepção de usos regionais ainda hoje vigentes, culminado no século XVIII.

Recorde-se que no Rio de Janeiro, que passou a capital com a chegada da Família Real em 1808, o número de brancos (então os letrados) era muito inferior ao dos não brancos. A população portuguesa da corte, nos anos que vão de 1808 a 1872, não representa nunca mais do que 1,6% a 3,2% da população total livre do Brasil, pelo que a sua influência na fala vernácula do Brasil não pode ser sobreestimada.

O quadro seguinte ilustra os dados disponíveis.

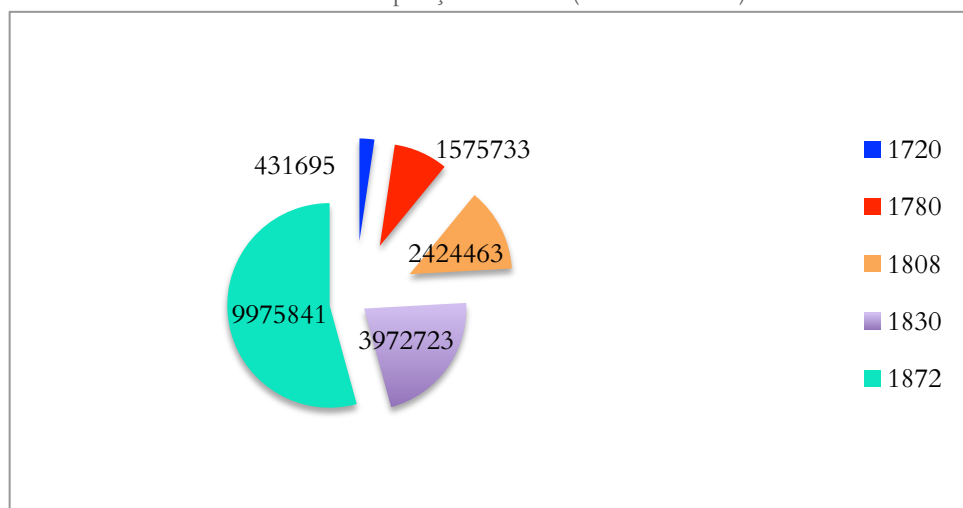
Gráfico 1 - População da Corte vs. da não Corte no Brasil (anos 1720-1872)



Fonte: elaboração própria (adaptado de BOTELHO, 2011).

Como se observa no gráfico seguinte, a população brasileira aumentou muito de 1830 a 1872, e os dados disponíveis (cf. Quadro 2 e Gráfico 3) não apontam para o predomínio da população branca, a mais letrada e socioeconomicamente mais pujante, sobre a de origem africana.

Gráfico 2 - População do Brasil (anos 1720-1872)



Fonte: elaboração própria (adaptado de BOTELHO, 2011).

Como afirma Livvi-Bacci (2002, p. 154), «No final do período colonial “quase dois terços da população era de origem africana (negra ou mulata) e na população livre havia mais pessoas de cor que brancos [...] vários estudos sugerem que, entre os livres de cor, seis ou sete entre dez eram mulatos, o que tornou esse grupo racial o de crescimento mais veloz no Brasil”.»

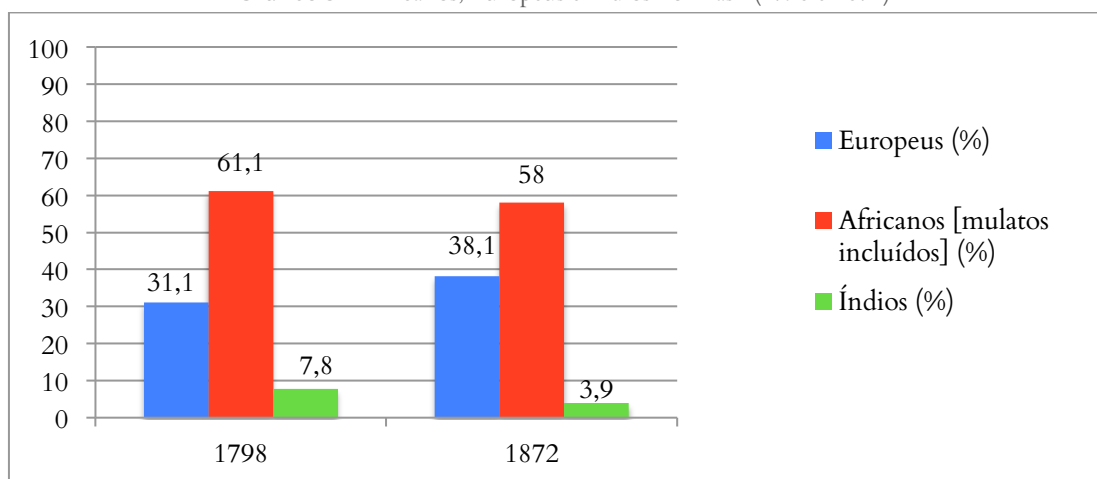
Os dados de Merrick e Graham 1979, pag. 29 assim o confirmam:

Quadro 2 - Africanos, Europeus e Índios no Brasil (1798 e 1872)

anos	1798	1872
Universos demográficos		
Europeus	31,1%	38,1%
Africanos (mulatos incluídos)	61,1%	58,0%
Índios	7,8%	3,9%

Fonte: elaboração própria, com base em Merrick e Graham (1979, p. 29).

Gráfico 3 - Africanos, Europeus e Índios no Brasil (1798 e 1872)



Fonte: elaboração própria, adaptado de Merrick e Graham (1979, p. 29).

Segundo estes dados, em 1872 os africanos livres rondavam os 4245 (os africanos escravos seriam ainda 1511) e os europeus seriam 3787. Os Índios não ultrapassariam os 387.

Por muito que a classe culta brasileira se tenha revelado conservadora e avessa a inovações linguísticas, muitas das quais ainda hoje nem sempre bem aceites (cf. FARACO, 2015), a verdade é que parece uma visão redutora ou 'curta', para usar a feliz predicação de Faraco (2008), a de que o Português do Brasil usado nos séculos XVII e XVIII continuava a reproduzir o português europeu, seja o escrito e, menos ainda o oral.

Testemunhos eloquentes de reputados pensadores brasileiros apontam no sentido da hegemonia de uso da 'língua geral', pelo menos até à fase de instauração do ensino formal da língua portuguesa. Em São Paulo, a vida rural predominava sobre a urbana e (negrito nosso),

«até o século XVIII era a língua geral que predominava como meio de comunicação entre as mulheres e as crianças, mesmo dentro das famílias portuguesas. São muitos os testemunhos coligidos por Sérgio Buarque de Holanda no seu famoso *Raízes do Brasil*. Um deles, muito citado, é do Padre Antônio Vieira que testemunha o pouco uso que faziam os paulistanos da época do português (Holanda, 1978: 88): [...] as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que [...] a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender na escola...» (SILVA, 2013, p. 126).

Por influência do ideário iluminista reinante, em Portugal, como no Brasil, o poder político apostava na instrução académica dos cidadãos, ainda que em grau assaz incipiente e não universal, dados os pontos de partida em ambos os países. O Marquês de Pombal, ciente da hegemonia da 'língua geral', no espaço privado e no espaço público, e da ameaça de outras línguas europeias, promoveu a imposição da língua portuguesa no Brasil, em cumprimento do ideário político da corte portuguesa de então (TROUCHE, 2000). Todavia, como veremos, as circunstâncias antropológicas e culturais, em ambos os países, explicam a mitigada eficácia dessa medida. No Brasil, a taxa de elevado analfabetismo persiste por largas décadas, bem como a prevalência da população (de origem) africana e da sua variante linguística específica. Nem mesmo a criação de um grande número de instituições e de serviços públicos, levada a cabo por D. João VI, com incorporação de muitos brasileiros nos seus quadros, promoveu uma alteração radical no estado da alfabetização da população brasileira, no seu todo. A criação de diversas aulas, escolas e academias públicas (Academia Real da Marinha, Academia Real Militar, cursos médico-cirúrgicos), a fundação de instituições científicas e culturais (Museu Real, Jardim Botânico, Biblioteca Pública, Imprensa Régia), destinou-se mais à classe alta e letrada do que às classes iletradas (sobre os efeitos sociolinguísticos da presença da família real portuguesa no Rio de Janeiro, ver LUCCHESI, 2015).

Não obstante as campanhas de aculturação e de alfabetização da população índia e africana conduzidas pelos Jesuítas, a taxa de analfabetismo em 1872 era ainda muito elevada (cf. FERRARO, 2002 e MARCHELLI, 2006), só diminuindo de forma mais acentuada no último quartel do século XX e no século XXI. Situação não muito diferente se verificou em Portugal, pois só a partir de finais de 1960 se promoveu a alfabetização mais generalizada da mão de obra adulta, e a escolaridade obrigatória se institucionalizou de modo mais consistente após 1974.

Quadro 3 - Evolução da taxa de analfabetismo da população de 5 anos ou mais, segundo os Censos Demográficos. Brasil (1872 a 2011)

Ano do Censo	População (5 anos ou mais) não alfabetizada (%)	Ano do Censo	População (5 anos ou mais) não alfabetizada (%)
1872	82,3	2001	14,6
1890	82,6	2002	14,15
1920	71,2	2003	13,69
1940	61,2	2004	13,69
1950	57,2	2005	13,27
1960	46,7	2006	12,43
1970	38,7	2007	11,88
1980	31,9	2008	11,51
1991	24,2	2009	11,17
2000	16,7	2011	9,83

Fonte: elaboração própria, adaptado de Ferraro (2002, p. 34) e <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD319&t=pesoas-5-anos-mais-idade-alfabetizacao>.

Em Portugal, como no Brasil, não obstante as tentativas de promover a alfabetização dos falantes, a generalização do ensino formal, tão reclamada por Verney, ficou muito aquém do pretendido. Recorde-se que Verney defende a imperiosa necessidade de alfabetizar a população portuguesa, com taxas de analfabetismo muito elevadas, sugerindo que o combate ao analfabetismo reinante se fizesse através da extensão da instrução elementar e do ensino da língua ao maior número possível de cidadãos e cidadãs. Nas palavras do autor, «Nisto á grande deſcuido em Portugal: achando-ſe muita gente [...] que nam ſabe ler, nem eſcrever; outros que, ſuposto ſaibam alguma coiza, nam contejam, o que cauza ſumo prejuízo, em todos os eſtados da-vida. Privam-ſe eſtes omens, do-maior divertimento, que pode ter um omem, quando eſtá ſó; que é, divertir-ſe com o ſeu livro. fazem-ſe ſcravos de todos os outros: pois para ajuſtar contas, conſervar correſpondencias, dependem dos-mais. Fóra de Portugal, vive-ſe de outra ſorte. ſam tam raros os plebeos, que nam ſaibam eſcrever, como aqui oſ que o-ſabem. o muxila, o carneiro, o ſapateiro todos ſe divertem, com os ſeus livros. Eſta neceſidade é tam clara, que todos a-experimentam. (VERNEY, tomo II, pag. 254).

Tenha-se presente que, nos idos de 1890, «76% da população portuguesa maior de 7 anos não sabia ler nem escrever.» (SILVA, 1993, p. 101). A lei de 6 de novembro de 1771, que constitui uma das primeiras tentativas de organização do ensino primário oficial, não logrou grande implementação, se tivermos em conta que em 1911 a taxa de analfabetismo ainda se situava nos 69,7%. Neste interregno, a população alfabetizada subiu de 24% para 30%.

Face a estes dados, de sobreposição do português usado pelas populações afrodescendentes sobre a língua geral, de baixo grau de escolarização dos colonos e de escassa eficácia da escolarização formal no Brasil, cabe indagar quais os reflexos do baixo grau de literacia da maior parte dos portugueses emigrados para o Brasil, no período de 1808 a 1850, em que há também um afluxo ingente de escravos africanos. Tanto quanto me é dado saber, esse estudo está ainda por fazer. Ademais, importa ter em conta que durante largos séculos a transmissão da língua portuguesa aos falantes não europeus fez-se de modo irregular, não através de um modo regular ou formal. Por isso entendo que se deveria mitigar a asserção de que o português europeu se implantou no Brasil de forma hegemónica. O que nesse país existia, de forma avassaladora, era uma variedade defetiva do Português (e qual Português ?) falada pela mole de africanos e de afrodescendentes de que o Brasil era maioritariamente composto. Na génese do Português brasileiro não culto está, pois, o português afro-brasileiro e o português dos escravos afrodescendentes que se sobrepôs ao português geral do Brasil. Por estar tão enraizado no tempo e no espaço, o português popular do Brasil torna-se hegemónico, embora não prestigiado.

Assim, por muito que a população portuguesa pudesse, por fazer parte da instância colonizadora, estar associada ao poder e ao prestígio que uma situação de assimetria valida e promove, a força linguística dessa população era reduzida pela desproporção numérica que representava e pelo poder real de influenciar a fala da massa de falantes afrodescendentes presentes no Brasil, e que está na origem do português popular brasileiro de hoje. Não se rasura em décadas o legado de uma civilização construída com recurso a uma política escravocrata, na qual a língua dominante, o português popular do Brasil, se tece com base numa língua onde pontificam o português afro-brasileiro e o português falado por afrodescendentes, com estatuto de escravos, e para quem a aquisição da língua portuguesa se fez por um processo de transmissão linguística irregular.

### **A linguagem dos escravos africanos e os primórdios do Brasileiro 'Popular'**

Nesta secção pretende-se fazer uma incursão pela génese do brasileiro 'popular' atual (MATTOS E SILVA, 2001; HOLM, 2009), remontando quer ao falar dos escravos africanos que passaram a residir em Portugal, quer sobretudo ao falar dos que foram viver para o Brasil, com o intuito de averiguar em que medida há convergências relevantes entre a gramática do brasileiro 'popular', estatisticamente dominante no Brasil, e a gramática da linguagem dos escravos africanos levados para o Brasil e que representavam, conjuntamente com os afrodescendentes, quase dois terços da população no final do período colonial.



Não se trata aqui de pugnar por uma abordagem africanista, europeísta ou indigenista da gênese do brasileiro ‘popular’, nem de ignorar as complexas questões que o contacto de línguas coloca no longo período de encontro e de interconexão entre índios, africanos e europeus, e no qual a língua-alvo é adquirida por índios, africanos e seus descendentes como L2. Por certo, com geometrias muito variáveis em função dos interlocutores e suas condicionantes, todas as três variáveis em causa — indígena, africana, europeia — desempenharam funções com pesos diferenciados, mas sempre relevantes, para o produto final intersistêmico que é hoje o brasileiro ‘popular’.

Uma vez que o brasileiro ‘popular’ é mais antigo que o brasileiro culto, a matriz daquele ganha em ser prescrutada em fases pretéritas da língua portuguesa.

Se atentarmos nas características da língua-alvo falada pelos escravos africanos em Portugal (séc.s XV-XVIII) e no Brasil (sec. XIX), reconhecemos nesta vários dados do brasileiro ‘popular’ atual, e bem assim algumas das tendências maiores que fariam divergir o Português do Brasil (PB) e o Português Europeu (PE), e que sustentam, portanto, a emergência de uma nova gramática que distancia de forma indelével o português dos dois lados do Atlântico. Refiro-me a (dados empíricos reproduzidos de ALKMIM, 2006, p. 591-592):

- ausência (PB) vs. presença (PE) de artigo, vg. antes de possessivo: *(o) meu pai*;
- forma oblíqua (PB) vs. reta (PE) do pronome junto de V na 3ª pessoa: *mim logo te companha* ‘eu logo te acompanho’ [no quadro seguinte aparece como ‘forma tónica’ mas, pelos exemplos arrolados por Alkmim, trata-se antes de oblíqua vs. reta];
- uso de antropónimo em vez do pronome *eu* (PB): *sa pantaro Furunando* ‘Fernando está espantado’ (sec. XV); *chama bruto e canaia a Pai Francisco, Pai Raiol vive triste, Cateno nô gosta de dinhêro, Raimundo hoje vai tocar* (sec. XIX);
- forma reta do pronome em função acusativa (PB): *matou ele* (PB) vs. *matou-o* (PE);
- alternância de 2ª e 3ª pessoas verbais (PB): *ai de ti* [2ª pessoa] *se você* [3ª pessoa] *cai nas unhas ...*;
- construções possessivas pleonásticas (PB): *começou a dever mundos e fundos a seus amigos dele*.

Estes dados, que o quadro seguinte sumariza, não se incluem no cerne do brasileiro ‘popular’ de hoje? Dois séculos volvidos sobre a Independência do Brasil, e não obstante o repto de Ataliba de

Castilho em “A hora e a vez do português brasileiro”, impõe-se perguntar para quando uma política de língua que não exclua o brasileiro ‘popular’ do processo de letramento. Não se trata de propor o uso generalizado deste, ou de legitimar o brasileiro ‘popular’ como norma-padrão, mas de promover o conhecimento comparativo deste com o brasileiro culto, por forma a que os falantes contactem com um e outro padrões, e optem conscientemente pelo que consideram mais adequado em função das circunstâncias pragmáticas. Não se trata de ignorar a a bipolarização idiomática (v.g. entre variedades socialmente prestigiadas e variedades socialmente desprestigiadas) da realidade sociolinguística brasileira, nem de ignorar que o brasileiro ‘popular’ está nos antípodas do prestígio da norma culta, mas de questionar se tal antagonismo não se esbateria com um conhecimento formal e consistente de ambas as normas, em confronto.

O quadro que se segue compendia alguns dos aspectos gramaticais da linguagem dos escravos africanos em Portugal (séc. XV-XVI e XVIII) e no Brasil (sec. XIX), tal como sinalizados por Leite de Vasconcelos, Carolina Michaelis de Vasconcelos e Jacques Raimundo.

Quadro 4 - Características gramaticais da fala dos escravos africanos em Portugal (séc. XV-XVI e XVIII) e no Brasil (sec. XIX)

	Portugal		Brasil
	XV - XVI	XVIII	XIX
1. concordância de gênero incorreta	+	+	+
2. ausência de artigo	+	-	+
3. ausência de preposição	+	-	-
4. forma verbal invariável (infinito)	+	+	+
5. forma tónica do pronome + verbo 3 <sup>a</sup> . pessoa	+	+	-
6. uso do próprio nome em lugar de “eu”	+	-	+
7. forma reta do pronome em função acusativa	+	-	+
8. sar/as = ser, estar	+ <sup>55</sup>	+	-
9. concordância nominal de número “parcial”		+	+
10. ausência de concordância verbal no./pess.		+	+
11. 1 <sup>a</sup> . pessoa + flexão de 3 <sup>a</sup> . pessoa		+	+
12. alternância 2 <sup>a</sup> ./3 <sup>a</sup> . pessoa			+
13. construções possessivas pleonásticas			+

**Obs.:** As características gramaticais – 1- 8 – apresentadas para os séculos XV e XVI foram estabelecidas a partir de Leite de Vasconcelos, Michaelis de Vasconcelos e Jacques Raimundo.

Fonte: Alkmim (2006, p. 591).

Como se observa no quadro acima, os aspectos comuns à linguagem dos escravos africanos de Portugal e do Brasil são (os dados são extraídos de ALKMIM, 2006):

- (i) a presença de concordância de gênero desviante (*esse gente, perna branco, minha nariz*);
- (ii) desvios na concordância de número-pessoal/ausência de concordância número-pessoal plena (*nós*<sup>[1ª P plural]</sup> *agora vai* <sup>[3ª P. singular]</sup> *ajustá*);
- (iii) concordância número pessoal desviante: coexistência de 1ª pessoa do singular com a flexão de 3ª pessoa: *mim* <sup>[1ª pessoa]</sup> *vai* <sup>[3ª pessoa]</sup> *convosco*; *eu vai*; *eu fica*; *eu entendeu*;
- (iv) ausência de artigo, vg. antes de possessivo: *(o) meu pai*;
- (v) forma reta do pronome em função acusativa (PB): *matou ele* (PB) vs. *matou-o* (PE);
- (vi) uso dominante do infinitivo verbal: *esse coisa nunca ouvir* ‘nunca ouvi essa coisa’; *terra nunca saber* ‘nunca sei/se sabe a terra’;
- (vii) uso de antropónimo em vez do pronome *eu* (PB): sec. XV(I): *sa pantaro Furunando* (Fernando está espantado); sec. XIX: *chama bruto e canaia a Pai Francisco, Pai Raiol vive triste, Catenó nò gosta de dinhêro, Raimundo hoje vai tocar*.

O português dos escravos africanos do Brasil do sec. XIX tem aspectos em comum com o português dos escravos europeus dos sec.s XV–XVI, replicando a (i) omissão de artigo, o (ii) uso de antropónimo em vez do pronome *eu*, a (iii) forma reta do pronome em função acusativa. Estes traços, que foram descontinuados no Português europeu e se perpetuaram no Português do Brasil, integram a matriz do brasileiro ‘popular’ atual.

No que diz respeito aos séculos XVIII e XIX, os traços mais impressionantes em comum entre o português dos escravos africanos de Portugal do sec. XVIII e o dos escravos brasileiros do sec. XIX residem na (i) concordância número-pessoal desviante (uma constante, aliás, desde o século XV), plasmada na coexistência de 1ª pessoa com a flexão de 3ª pessoa, e na (ii) regência verbal não preposicionada, por contraste com a presença de preposição nos séculos anteriores (*vai missa* por ‘vai à/na missa’).

O português dos escravos africanos de Portugal do sec. XVIII e o dos escravos brasileiros do sec. XIX diferem:

- na omissão de artigo, v.g. antes de possessivo, usual no Brasil, mas não em Portugal;

- no uso da forma tónica do pronome com verbo na 3ª pessoa, usual em Portugal, mas não no Brasil;
- no uso de antropónimo em vez do pronome *eu*, usual no Brasil, mas não em Portugal.

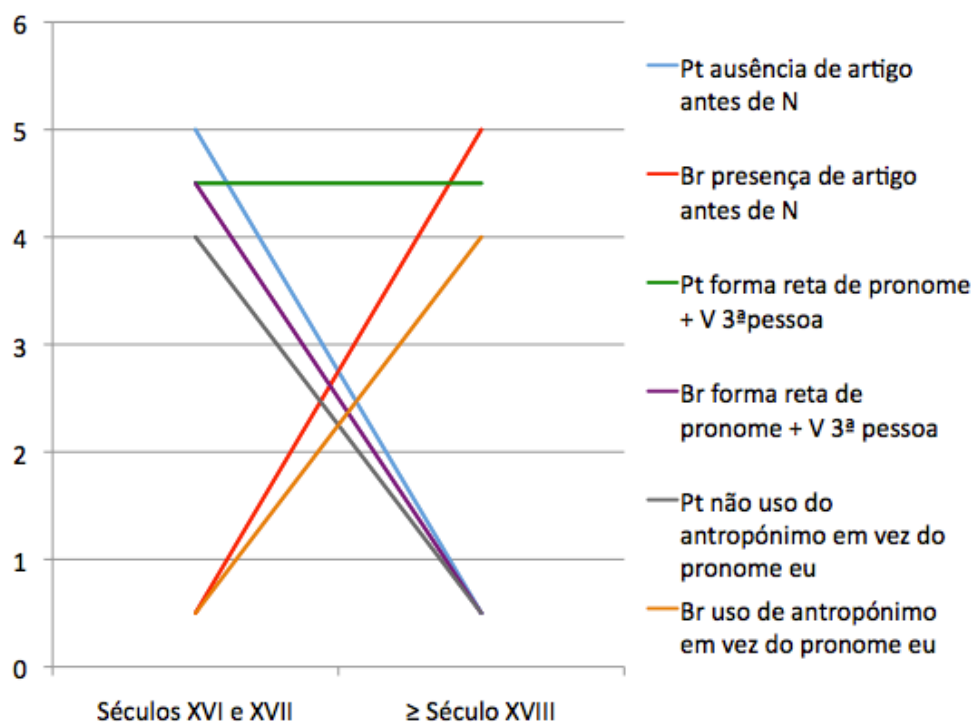
Os dois primeiros destes traços já haviam sido atestados em Portugal (cf. sec.s XV e XVI), mas terão deixado de o ser a partir do século XVIII, divergindo então o PE do PB. No Brasil tais traços não só faziam parte da linguagem dos escravos brasileiros do sec. XIX, como continuariam a ser usados, até ao presente, pelas classes não instruídas, caracterizando o brasileiro 'popular' atual.

O quadro seguinte sumariza os dados divergentes do português L2 falado por escravos africanos, em Portugal (Pt) e no Brasil (Br). Nele se constata um antagonismo de tendências entre os traços em jogo, pois no mesmo período que cada um se descontinua num país, ou seu contrário atinge máximos de atestação na outra nação, e vice-versa. Foge a este padrão a representação do traço 'forma reta de pronome + V 3ª pessoa', que se mantém constante em Portugal, mas que se descontinua no Brasil, uma vez que a forma do pronome neste contexto passa a ser a oblíqua.

Dos dados arrolados, fazem parte do PE comum a ausência de forma reta do pronome em função acusativa, descontinuada em Portugal desde o século XVIII, e a presença de artigo, nomeadamente antes de possessivo, implementada em Portugal desde o século XVII. Apenas em situações mais formulaicas e/ou formais se dispensa o uso de artigo, nesse contexto (v.g. *e então minha mãe aconselhou-me ...; dirigi-me a meu tio ...*).

No PE, a alternância entre 2ª e 3ª pessoas, usual no brasileiro 'popular', é gramaticalmente inaceitável, o mesmo se dizendo das construções possessivas pleonásticas.

Quadro 5 - Variação no português L2 falado por escravos africanos, em Portugal (Pt) e no Brasil (Br)



Estando muito do brasileiro 'popular' tão enraizado no Brasil, nomeadamente desde a época em que a fala dos escravos brasileiros imperava no país, não admira portanto que ele persista na sociedade contemporânea, uma sociedade muito desigual, sociolinguisticamente, economicamente, em termos de literacia formal, sendo perpetuadas as construções mais económicas e eficazes, há muito usadas pelos escravos e pela população de origem africana, sempre e ainda maioritária no Brasil.

## Desafios e considerações finais

Como bem escreveu a insigne homenageada neste volume, a história da língua portuguesa e das suas mudanças em Portugal e no Brasil sinaliza um período de divergência crescente entre as duas variantes transatlânticas que se espoleta no século XVIII e que se perpetua até aos nossos dias. São conhecidas as profundas alterações na sociedade e na cultura portuguesas do século XVIII, fortemente influenciadas pelo espírito iluminista de então, e o ideário cívico e cultural que o animava. O uso da forma reta do pronome em função acusativa (PB), a realização palatal das sibilantes em coda, realização padrão no PE, mas não no PB, onde coexiste com a realização dorsal, a elevação generalizada do vocalismo pré-tónico (geral no PE, mas não dominante no PB), são traços impressionantes dessas diferenças. Algumas diferenças morfossintáticas não apenas se encontram

instauradas nas normas ‘populares’, mas também nas normas cultas, pelo menos no registos menos formais. Assim acontece com a mudança na colocação de clíticos (de próclise para ênclise, no PE) e na posição do sujeito (pré-verbal), que tem o seu início por volta de 1700, bem como com a presença (PE) vs. ausência (PB) de determinante antes de possessivo, categórico no século XVI e ainda hoje em Portugal, mas não no Brasil.

No Brasil, a bipolarização da normas culta e ‘popular’ toma proporções avultadas, dado o universo de falantes que fazem uso desta última e dado o facto de a norma de prestígio ser a norma culta e ser usada por um universo de falantes claramente minoritário face aos demais.

A história da presença da língua portuguesa no Brasil dá também a conhecer que alguns dos traços do brasileiro ‘popular’ atual são comuns à língua portuguesa de épocas pretéritas e a alguns traços do português falado por escravos de origem africana.

Como assinala Castilho (2017), a difusão do brasileiro ‘popular’, sendo mais antiga que a do português brasileiro culto, é tributária da polarização que a desruralização, terceirização e urbanização promoveram, e que não terão diluído o fosso entre o universo de falantes com elevados graus de literacia e o de falantes não (ou escassamente) escolarizados:

«o Português Brasileiro culto é mais recente que o popular, tendo surgido com a urbanização, que diferenciou a sociedade brasileira em dois níveis sociolinguísticos: a dos escolarizados e a dos analfabetos. [...] Inicialmente imitando o português culto europeu (a classe administrativa brasileira era formada em Coimbra), pouco a pouco essa classe social encontrou sua personalidade, recolhendo formas populares, mudando outras, até que a partir de 1920 se ergue a consciência de uma identidade lingüística brasileira própria.».

Na realidade, a identidade linguística brasileira forja-se séculos antes. A partir do século XVII, a fala da mão-de-obra escrava de origem africana sobrepõe-se à ‘língua geral’, língua franca de base tupinambá que funcionava como língua de intercurso das populações indígenas. Nos séculos XVII a XIX, com o influxo e aculturação de milhares de escravos africanos, «a língua portuguesa, na variedade falada por esses contingentes de trabalhadores braçais analfabetos, se vai impondo sobre a chamada *língua geral*.» (LUCCHESI, 2001, p. 104-105). Por isso este estudioso considera que esses milhões de escravos africanos foram decisivos para a consolidação do português como língua hegemónica do Brasil. A variante dominante, mas não a mais prestigiada, é a de transmissão linguística irregular, que tem origem na fala dos afrodescendentes, maioritários em terras brasileiras. É nela que o português ‘popular’ do Brasil tem o seu DNA.

Face ao exposto, torna-se claro que os desafios que o português ‘popular’ do Brasil convoca às suas autoridades e à sua população apresentam uma natureza multifacetada, ao nível social, cultural,

educacional e linguístico. As políticas de língua e as políticas sócio-culturais a esta associadas não podem deixar de atender aos enormes e instigantes problemas que a polarização sociolinguística entre norma ‘popular’ e norma ‘cultura’ coloca ao desenvolvimento sócio-cultural do país, e que se encontra tão bem retratada em Lucchesi (2015), *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*.

As interferências entre ambas as normas persistem, sejam no sentido *top-down*/de cima para baixo seja no sentido *bottom-up*/de baixo para cima. Resta saber quais os ganhos relativos e os dominantes em cada um dos sentidos, e quais as políticas de língua selecionadas para melhor servir os desígnios do país.

A dicotomia a que se assiste em muitos países, e nomeadamente no Brasil, encontra-se espelhada num texto emblemático sobre a realidade sociolinguística do Brasil. No mesmo estudo, Lucchesi 2001 assinala (i) o esbatimento de marcas do português popular do Brasil, por via do contacto linguístico da população com menor literacia com os meios de (in)formação formal, e (ii) a difusão nas camadas médias e altas de construções linguísticas que têm origem na aquisição/nativização defectiva do português pelos numerosos falantes afrodescendentes com cidadania brasileira. As tendências antagónicas que coexistem no Brasil (socio)linguisticamente polarizado encontram-se bem espelhadas nas seguintes palavras de Lucchesi (2001, p. 107):

«configura-se a tendência da mudança do português popular em direção aos modelos da norma culta, que atingem e influenciam as camadas mais baixas da população [...]. Nesse contexto, estão em vias de desaparecimento as marcas mais drásticas das alterações produzidas pelo extenso contato entre línguas ocorrido nos séculos anteriores, mantendo-se os vestígios das características mais expressivas do processo de transmissão linguística irregular apenas naqueles dialetos rurais mais afastados, em que o contato foi mais radical e a reestruturação linguística, mais profunda».

Nas incisivas palavras do autor, uma tendência de sentido contrário concorre com a anterior:

«na profunda e complexa interação dos diversos segmentos sociais desse cenário sociolingüístico bipolarizado, podemos perceber, por um lado, como fatos lingüísticos que surgiram da aquisição/nativização defectiva do português pelos falantes africanos e seus descendentes puderam penetrar nas camadas médias e altas, generalizando-se no português brasileiro como um todo. Este pode ser o caso da variação na concordância de número (tanto verbal, quanto nominal), que se teria originado no processo de transmissão linguística irregular ocorrido na base da pirâmide das sociedades colonial e do Império, e se teria difundido tornando-se hoje um fenómeno que se verifica em todos os estratos da sociedade brasileira» (LUCCHESI, 2001, p. 110).

Resta, pois, saber como evoluem as pulsões de sinal contrário neste Brasil cuja língua e cuja sociedade se encontram ‘dualizadas’, no presente, como no passado, e como as políticas de língua acompanham essa evolução.

Se a identidade linguística brasileira própria se ergue, de forma mais consciente e atuante, a partir de 1920/1930, o enorme capital simbólico do brasileiro 'popular', usado pela grande maioria dos falantes brasileiros, nada ganha em ser subalternizado, por força do menor prestígio social a ele associado. Quanto mais informados, conhecedores e conscientes são os falantes, mais apetrechados se tornam para poder exercer a sua cidadania. Como tal, valorizar pedagogicamente o brasileiro 'popular' (em linha com o que sugere PAIXÃO DE SOUSA, 2010) nas suas conexões com o falar brasileiro culto, com o português europeu antigo e com o português L2 dos escravos de origem africana, só pode contribuir para mais e melhor conhecimento e capacitação de quem o usa. Aqui fica o repto.



## Referências bibliográficas

- ALKMIM, Tania. Fala de escravos brasileiros e portugueses: um esboço de comparação. *In*: LOBO, Tânia *et al* (org.) **Para a história do Português Brasileiro. Vol VI: Novos dados, novas análises**. Tomo II. Salvador/ Ba. Edufba. 2006. p. 585-594.
- BISOL, Leda. **Harmonia vocálica: uma regra variável**. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1981.
- BISOL, Leda. O alçamento da pretônica sem motivação aparente. *In*: BISOL, Leda; COLLISCHONN, Gisela (org.). **Português do sul do Brasil : variação fonológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. p. 73-92.
- BOTELHO, Tarcísio R. Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX. **V Jornadas Uruguayas de História Econômica (AUDHE)**. Montevideu, Universidad de la Republica, 23-25 de novembro, 2011.
- CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- CASTILHO, Ataliba de. **A hora e a vez do português brasileiro**. Disponível em <http://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/09>. Acesso em 20 out. 2020.
- CAVALCANTE, Silvia de Oliveira. **O se com infinitivo na história do português, do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos**. Tese de Doutorado inédita, Unicamp, 2006.
- CAVALCANTE, Silvia de Oliveira. Uso de se com infinitivo do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8, n. 1 p. 55-82, 2010.
- FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Desde quando somos normativos?. *In*: VALENTE, André C. (Org.). **Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 59-70.
- FARACO, Carlos Alberto. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento 'você' em português: uma abordagem histórica. **LaborHistórico**, vol. 3, n. 2, p. 114-132, 2017.
- FERRARO, A. R. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? **Educação e Sociedade**, v. 23, n. 81, p. 21-47, 2002.

- GALVES, Charlotte. A língua das caravelas: periodização do português europeu e origem do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba de; *et al.* (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 513-528.
- GONÇALVES, Maria Filomena. A normalização da língua portuguesa no século XVII e o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney. **Confluência - Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, n. 37/38, p. 83-109, 2º sem. de 2009/1º sem. de 2010.
- HOLM, John. The genesis of the Brazilian Vernacular: insights from the indigenization of Portuguese in Angola. **Papias**, n. 19, p. 93-122, 2009.
- HORA, Demerval da; Juliene Pedrosa. Comportamento variável da fricativa coronal pós-vocálica. In: RIBEIRO, Silvana; *et al.* (orgs.). **Dos sons às palavras: nas trilhas da Língua Portuguesa**. Salvador: SciELO - EDUFBA, 2009. p. 11-128.
- IBGE. <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD319&t=pessoas-5-anos-mais-idade-alfabetizacao>. Acesso em 15 jan. 2021.
- LIVI-BACCI, Massimo. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. **Revista Brasileira De Estudos De População**, v. 19, n. 1, p. 141-159, 2002.
- LUCCHESI, Dante. As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000). **D.E.L.T.A.**, v. 17, n. 1, p. 97-130, 2001.
- LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolingüística do Brasil**. Rio de Janeiro. São Paulo: Contexto, 2015.
- LUCCHESI, Dante. A periodização da história sociolingüística do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 33. n. 2, p. 347-382, 2017.
- LUCCHESI, Dante; Alan Baxter; Ilza Ribeiro (org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: UFBA - Universidade Federal da Bahia, 2009.
- MAGALHÃES, Telma. **O Uso de Artigo Definido diante de Pronomes Possessivos em Textos Portugueses do Século XVI a XIX**. Trabalho de qualificação. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2002.
- MARCHELLI, Paulo. As minorias alfabetizadas no final do período colonial e sua transição para o império: um estudo sobre a história social e educação no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 10 n. 3, p. 187-200, 2006.
- MARQUILHAS, Rita. Mudança analógica e elevação das vogais pretónicas. In: CASTRO, Ivo; DUARTE, Inês (org.), **Razões e emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. p. 7-18.
- MARTINS, Ana Maria. Introdução: O português numa perspectiva diacrónica e comparativa. In: MARTINS, Ana Maria; CARRILHO, Ernestina (eds.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin, Boston: De Gruyter, 2016. p. 1-39.

- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O Português são dois: novas fronteiras, velhos problemas**. São Paulo: Parábola. 2004a.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico, uma aproximação**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2008.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (org.). **Para a história do Português Brasileiro. Primeiros estudos**. v. II, tomos I e II. S. Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- MERRICK, Thomas W.; GRAHAM, Douglas H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MOTTA, Jacira; CARDOSO, Suzana; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (orgs). **Quinhentos anos de História Lingüística do Brasil**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial. 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Guia de uso do português. Confrontando regras e usos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011 [2000].
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. **Língua Barroca: sintaxe e história do português nos 1600**. Tese de Doutorado inédita. UNICAMP, 2004.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Proeminência à esquerda na diacronia do Português: inovação e continuidade. **XV ALFAL - Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina**. Libro de Resúmenes. Montevideu: Imprensa Gega, v. 1: p. 332-333, 2008.
- PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. A morfologia de flexão no Português do Brasil: Ensaio sobre um discurso de *perda*. **Estudos da Língua(gem)**, v. 8, p. 55-82, 2010.
- RAMOS, Jânia M.; Venâncio, Renato. Por uma cronologia do português escrito no Brasil. *In*: LOBO, Tânia; *et al* (org.) **Para a história do Português Brasileiro. Vol II: Novos dados, novas análises**. Tomo II. Salvador/Bahia: Edufba. 2006. p. 575-584.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. *In*: NÓVOA, A.; BERRIO, J. Ruiz (coords.) **História da Alfabetização em Espanha e em Portugal. Investigações e actividades**. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1993. p. 101-121.

- SILVA, Myrian Barbosa da. Uma possível história das pretônicas brasileiras. **Linguística**/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 121-138, 2013.
- TROUCHE, Lygia Maria. O Marquês de Pombal e a implantação da língua portuguesa no Brasil. Reflexões sobre a proposta do Directório de 1757. **Anais do IV Congresso Nacional de Linguística e Filosofia**, v. IV, 2000.  
[http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12\\_9.htm](http://www.filologia.org.br/anais/anais%20iv/civ12_9.htm).
- VERNEY, Luís António. **Verdadeiro metodo de estudar**. 2 vol. Valensa: Na Officina de Antonio Balle, 1746.